

EDITORIAL

Em 1931 a Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890, de 1931) organizou o ensino secundário no país, dividindo-o em dois cursos seriados: fundamental (com duração de 5 anos) e complementar (com duração de 2 anos), este último exigido para o acesso a alguns cursos superiores. A reforma também tornava obrigatória a aprovação em exames para admissão ao ginásio e, com isso, acentuava a descontinuidade entre o primário e o secundário, além de conferir caráter elitista e excludente a este último (Nunes, 2000; Minhoto, 2007; Silva, 2016). A reforma de 1942, de Gustavo Capanema, não alteraria essa condição.¹

Chama a atenção que variados discursos que circularam nas décadas de 1940 e 1950 (período de grande expansão do secundário em todo o país), especialmente em veículos voltados à Educação, não raro apontavam a “crise do ensino secundário”. A revista da Editora do Brasil S/A, *Documentário de Ensino*, publicação mensal que circulou desde 1947 e foi desativada nos anos 1990, pautou, em diferentes momentos, seja em editoriais ou artigos assinados por professores, presidentes de sindicatos, diretores etc., a preocupação com o secundário e com as propostas de reformas encampadas pelo Estado que visavam resolver tal crise. O editorial de julho de 1948 constatava:

A organização do ensino secundário tem sido, entre nós, tanto no Império, como na República, objeto de constante e geral preocupação. Sistemáticamente fala-se no “baixo nível” do ensino médio apontando-se como causas da “desorganização” fatores intrínsecos representados por “erros” de estruturação do próprio ensino e por “vícios de origem” da rede escolar. (EBSA, Editorial, ano I, n.9, jul. 1948, aspas no original)

Dentre os problemas considerados mais graves chamava-se a atenção para aqueles relacionados à baixa qualidade do ensino ofertado ou, em outra ponta, a um ensino essencialmente acadêmico e teórico dos programas escolares

secundários que preparavam apenas uma restrita elite para os cursos superiores ou ocupações de “colarinho e gravata”, deixando de preparar a grande massa de estudantes para a vida real, para a compreensão dos problemas da sociedade contemporânea e para o trabalho. Deve-se destacar que somente o curso secundário preparava e dava acesso legal aos cursos superiores. As outras modalidades de ensino médio existentes – normal, industrial ou comercial – não permitiam tal acesso até pelo menos 1953, quando a Lei nº 1.821 aprovou a equivalência entre os diferentes cursos de nível médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.

Os debates em torno do secundário nas primeiras décadas do século XX expressam ambiguidades que podem ser observadas também nos debates atuais sobre o Ensino Médio² e subsidiam argumentos para a necessidade de reforma nesse nível de ensino. Em que pese que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, tenha estabelecido que o Ensino Médio seja a etapa conclusiva da Educação Básica, observa-se que ainda não foi superado seu caráter dual. A questão que permanece é se o Ensino Médio deve preparar o jovem para o mundo do trabalho ou para a continuidade dos estudos dos jovens, independentemente de sua condição social. O grande desafio – dentre outros a serem enfrentados – é articular essas dimensões de modo competente. É pensar na natureza da formação que se quer ofertar, sem cair na armadilha datada do dilema da dualidade entre uma formação acadêmica e uma formação profissionalizante. O caráter político de sua concepção precisa urgentemente ser repensado, debatido. Por isso, aprovar uma reforma do Ensino Médio por Medida Provisória (746/2016) sem amplo debate nacional é uma afronta a todos aqueles e aquelas que pensam a Educação neste país e que dela necessitam. A *Revista História Hoje*, assim como tornou público seu repúdio ao *Movimento Escola Sem Partido*, acompanha aqui o manifesto da *Associação Nacional de História* – Anpuh³ e se coloca contrária à forma como o governo tem conduzido o processo de reforma do Ensino Médio, ou seja, por Medida Provisória, bem como se posiciona contra sua aprovação no Congresso Nacional, nesses termos.

Ao encontro desses desafios e na perspectiva de contribuir para discussões necessárias relativas a permanências e mudanças no Ensino Médio, este novo número da *Revista História Hoje* apresenta a seus leitores o Dossiê *Ensino de História na Educação Profissional*. Organizado pela Profa. Dra. Olívia Morais

de Medeiros Neta, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e pelo Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o dossiê reúne artigos que problematizam o lugar da disciplina História e as práticas pedagógicas dos professores no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Esperamos que não apenas os artigos desse dossiê e a entrevista realizada com o Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo, mas também os artigos das diferentes seções da *Revista História Hoje* possam servir de estímulo à reflexão e ao combate por um ensino de História capaz de estabelecer diálogos críticos com os mundos que habitamos em nossas diferenças e singularidades.

Boa Leitura!

Cristiani Bereta da Silva

Editora

Florianópolis, primavera de 2016.

REFERÊNCIAS

EBSA. *Documentário de Ensino*. Editorial, ano I, n.9, jul. 1948. (Acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP).

MINHOTO, Maria Angélica P. *Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio*. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2007.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.14, p.35-60, maio/ago. 2000.

SILVA, Cristiani Bereta da. Autores, textos e leitores: diferentes formas de narrar o “tempo dos exames de admissão ao ginásio” (1950-1970). *História Oral*, v.19, n.1, p.81-114, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=631&path%5B%5D=pdf>; Acesso em: 11 ago. 2016.

NOTAS

¹ Em 1942, o ensino secundário sofreu nova alteração com a Reforma Gustavo Capanema (Decreto-Lei nº 4.244). Ele foi dividido em dois ciclos: um primeiro de 4 anos, chamado de

ginásio, e um segundo de 3 anos, chamado de colegial (com dois tipos de curso: científico e clássico).

² A Lei nº 5.692, de 1971, unificou o ensino primário com o ginásio, constituindo o Primeiro Grau, com duração de 8 anos e o Segundo Grau, com duração de 3 anos. Essa denominação vigorou até a Lei nº 9.394/96, que passou a denominar esses mesmos níveis de ensino como Ensino Fundamental, com duração de 9 anos, e Ensino Médio, com duração de 3 anos.

³ Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3780-nota-da-associacao-nacional-de-historia-sobre-a-mpv-746-2016>; Acesso em: 31 out. 2016.